

EXTRA

Jornal do

www.sintsef-ce.org.com.br

CONDSEF

SINTSEF

de luta
e
resistência
15
ANOS

Ano XV - maio de 2004 nº 171

CUT

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO CEARÁ

Rua 24 de Maio, 1201 - Centro - Cep: 60.020-031 - Fortaleza - Ceará - PABX: 254.4100 - 08002804111 - Fundado em 16/04/1989, no 1º Congresso Estadual da Categoria

Vamos à **GREVE** em defesa dos salários, da paridade e dos serviços públicos!

A plenária dos servidores federais deliberou, dia 18 de abril, pela GREVE nacional unificada dos servidores públicos federais a partir do dia 10 de maio. Neste dia será instalado o Comando Nacional de GREVE da CONDSEF e no dia seguinte, 11/05, está sendo instalado o Comando Nacional Unificado de GREVE da CNESF.

No Ceará, na assembléia geral realizada no dia 17 de abril, pela manhã, na sede do Sindicato, os servidores não só aprovaram a GREVE a partir de 10 de maio como também já elegeram um Comando. Os componentes deste fórum de mobilização para a GREVE estão se reunindo todas as segundas-feiras, às 18h, na sede da entidade. No dia 26 de abril foi realizada uma reunião ampliada da Direção Colegiada do Sindicato com os delegados sindicais de base de Fortaleza, para traçar estratégias de organização do movimento.



Contra a política de reajuste do governo Lula/FMI

Ano passado, os integrantes do novo governo afirmaram que só dariam 1% de "reajuste" para os servidores da União por conta do Orçamento engessado pela gestão anterior, de FHC. Ninguém engoliu. Agora, com Orçamento aprovado já na atual gestão de Lula/FMI, a proposta é não dar um centavo de reajuste nos vencimentos, somente nas gratificações.

Além disso, o governo federal, que vem aplicando a política do FMI, aposta na divisão da nossa categoria, através da cessão de planos de carreira e remuneração específicos, sem sinalizar positivamente em relação a uma antiga reivindicação dos servidores: um PCS único, sem distorção e discriminações. O pior é que somente 0,15% (R\$ 2,20 bilhões) foram destinados ao reajuste do funcionalismo, de um total de R\$ 1,470 trilhão do Orçamento Geral da União. Enquanto isso, 65% deste valor são desviados para pagar os juros da dívida pública. Ora, se há dinheiro para os banqueiros e especuladores, por que não há para o servidor público?

Lembramos que, durante a campanha eleitoral, Lula/FMI firmou um compromisso com os servidores. Entre os 13 pontos, estava a recuperação do poder de compra dos salários. Por isso, os servidores rejeitaram a proposta e vão continuar lutando e resistindo. Chega de mentira! Chega de exploração! É GREVE já contra o arrocho salarial! Fora o FMI! A GREVE foi deliberada porque os servidores recusaram a proposta do Governo. As razões são as seguintes:

• **O que o governo chama de reajuste não é reajuste.** O Vencimento Básico, mais uma vez, fica congelado. Há um aumento dos valores das gratificações o que leva a ampliação salarial com valores fixos para cada nível de cada grupo de carreira diferenciado que terá direito a essa política salarial: professores da esfera federal (primeiro, segundo e terceiro grau); servidores do PCC (Plano de Classificação de Cargos); servi-

dores da Previdência (da Carreira de Seguridade Social); servidores da Seguridade Social e Trabalho; e servidores técnicos administrativos. Os outros servidores não terão qualquer política de melhoria salarial.

• **A política salarial do Governo amplia a instabilidade do servidor.** Há várias razões para essa afirmação: a) a parte variável fica maior, mas é justamente essa parcela do salário que pode ser retirada ou diminuída a qualquer momento com base na Emenda Constitucional 19/98 e na Lei de Responsabilidade Fiscal; b) a ampliação dessa parcela não permite o impacto sobre vários direitos, como por exemplo, adicional por tempo de serviço; c) fica cada vez mais distante a incorporação das gratificações aos salários quando se aumenta as gratificações e se congela o Vencimento Básico (pois o impacto frente a Lei de Responsabilidade Fiscal tende a ser cada vez maior).

• **A política salarial do governo discrimina os aposentados e pensionistas e amplia os problemas criados pelos governos de FHC.** Os inativos continuarão recebendo valores inferiores em relação aos ativos porque se mantém a distorção de pontuação entre ativos, aposentados e pensionistas. Além disso a posição do governo ratifica a idéia inaugurada por FHC que não há mais reajuste salarial e sim correção permanente das gratificações. Esta política de "reajuste salarial" põe em contradição a idéia de que dinheiro no bolso é incompatível com políticas salariais justas e permanentes. Alastram-se assim situações absurdas já existentes. Com o valor fixo do salário, hoje representado só pelo vencimento básico (a única parcela que, no caso dos servidores, a Constituição não permite diminuição), a tendência é que o mesmo represente cada vez menos. Imaginem: 75% dos salários podem ser retirados a qualquer momento, dependendo do humor da política do governo Lula/FMI e dos limites constitucionais (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Só nos resta a GREVE:

**Lute!
Resista!
Pare!**

Está na ordem do dia a necessidade de uma grande mobilização para construirmos uma forte GREVE nacional. É necessário organizar a categoria, realizar assembléias por local de trabalho, preparar os comandos de GREVE dos sindicatos, criar comandos por órgãos, compor comandos estaduais com outras entidades de servidores. Faz-se imprescindível construir a mais forte GREVE para fazer valer os direitos dos servidores. Basta de precarização dos salários! É necessário recompor os serviços públicos e as condições de vida e trabalho dos servidores. Vamos juntos resgatar nossos direitos e avançar na direção da universalização dos serviços públicos. Isso só será possível por meio de um forte movimento e de uma GREVE vitoriosa! Vamos à GREVE!

Reajuste continua ZERO! Governo LULA/FMI quer enganar os servidores!

No dia 20 de abril, na reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), a imprensa de todo o país publicou que o governo Lula/FMI estava oferecendo ao servidor um reajuste de até 32,27%. Mas isso não é verdade. Em resumo, a proposta apresentada pelo governo é para realinhar a GDATA, ou seja, insiste em aumentar o valor dos pontos da GDATA mantendo a avaliação de desempenho de algumas categorias: PCC, Seguridade Social, Previdência, Universidades e Docentes.

O secretário de Recursos Humanos, Sérgio Mendonça, disse que o aumento será no valor dos pontos das gratificações de desempenho e que as avaliações continuam como são hoje. Isso significa que nada está garantido porque, além das gratificações não serem incorporadas ao salário, o valor que o servidor vai receber no contracheque dependerá da avaliação dos chefes.

O que mudou na proposta do governo? A única diferença da proposta anterior foi o au-

mento no valor dos pontos da GDATA. Confira nas tabelas abaixo os novos valores apresentados pelo governo. O reajuste continua ZERO!

É verdade que o governo aumentou os valores da GDATA. Isso quer dizer que o dinheiro existe e é possível arrancar uma proposta que atenda às nossas reivindicações. Não é possível aceitar uma proposta que divide a categoria, aumenta as distorções, penaliza os aposentados e pensionistas e continua com a lógica perversa das gratificações de desempenho (GDATA, GDAST etc).

Governo quebra a paridade!

Os valores apresentados discriminam os aposentados e pensionistas, que passariam a receber 25 pontos da GDATA (veja tabela). Para as entidades sindicais, a paridade é uma questão de princípio. Reajustes iguais para os ativos e aposentados!

O governo apresenta uma proposta fantasiosa, porque ele propõe aumento na GDATA e a avaliação de desempenho continua. Dizer que o reajuste pode variar até 30% é uma informação falsa. O que os jornais e o governo estão falando não é verdade. Continua o efeito gangorra: para alguém tirar 80 pontos alguém terá que perder. O único caminho é a mobilização para que a gente possa alcançar nossas reivindicações.

Entenda a nova proposta do governo

Veja como ficará o realinhamento da GDATA, considerando a média de 75 pontos.

PCC	Ativos	Aposentados	Seguridade Social (Trabalho e Saúde)	Ativos	Aposentados	Previdência (INSS)	Ativos	Aposentados
NA	R\$ 175	R\$ 68	NA	R\$ 175	R\$ 70	NA	R\$ 135	R\$ 78
NI	R\$ 255	R\$ 107	NI	R\$ 270	R\$ 112	NI	R\$ 227	R\$ 132
NS	R\$ 245	R\$ 158	NS	R\$ 278	R\$ 165	NS	R\$ 298	R\$ 200

Um exemplo do que significaria a proposta do governo para um servidor ativo do PCC – nível intermediário (A III)

Situação atual do PCC nível intermediário (A III)		Proposta do governo (considerando a média)*
Vencimento básico	R\$ 387,13	0% de reposição salarial
Vantagem pecuniária individual	R\$ 59,87	
GAE	R\$ 619,41	
Subtotal	R\$ 1.066,41	R\$ 1.066,41 (continua a mesma coisa)
GDATA (75 pontos)*	R\$ 111,75	R\$ 111,75 + R\$ 256,18 (realinhamento da GDATA) = R\$ 367,93
Total	R\$ 1.184,16	R\$ 1.066,41 + 367,93 = R\$ 1.434,34 (valor que aparece na tabela do governo como "remuneração nova"). Isso significa que nada está garantido, porque a GDATA está submetida à avaliação dos chefes.

OBSERVAÇÕES:

1 – As gratificações de desempenho, como a GDATA, não são fixas e variam de acordo com a avaliação feita pelos chefes. Em outras palavras, o valor de hoje pode não ser o de amanhã. A proposta do governo considera a média (75 pontos). Na prática, sabemos que a pontuação pode variar para mais ou para menos.

2 – Quando você se aposentar, terá apenas 25 pontos da GDATA e ficará na mesma situação dos atuais aposentados. Por isso, a paridade é garantia tanto para os aposentados quanto para os ativos.

É HORA DE ROMPER COM AS ILUSÕES E RETOMAR O ENFRENTAMENTO!

Nossas reivindicações!

1. Reposição salarial de 127,3% - inflação acumulada de jan/95 a dez/2003 (calculada pelo ICV – Dieese).

2. Reposição imediata de 50,19% - inflação acumulada de junho/98 a dez/2003 (calculada pelo ICV – Dieese).

3. Correção das distorções - As várias tabelas diferenciadas, as mudanças nas carreiras, a criação autoritária de carreira típica, o fim de uma política isonômica, a barreira para a garantia da paridade – esses são alguns dos elementos que criaram distorções profundas entre os diversos setores dos servidores. Tais distorções aparecem nos salários, nas condições de trabalho, na recomposição dos serviços públicos prestados nos diversos órgãos e, finalmente, na vida real dos servidores.

4. Incorporação das gratificações produtivistas e da GAE – Uma das medidas principais para recompor o salário dos servidores é acabar com os penduricalhos no valor final dos salários. São gratificações inseguras porque não garantem o valor a ser recebido e podem ser retiradas a qualquer momento. A mesma insegurança reflete-se na GAE, principalmente após a Lei de Responsabilidade Fiscal, que limita os gastos com servidores, e a Emenda Constitucional 19/98, que permite o corte das parcelas que não correspondem o salário base.

5. Diretrizes de Planos de Cargos e Salários.

6. Fixação da data-base em 1º de maio - A data-base do funcionalismo, fixada em janeiro de cada ano pela lei 7.706/89, vem sendo desrespeitada pelo Governo desde 1996. Reivindicamos o direito legítimo da data-base, mas no dia 1º de maio, quando se comemora em todo o mundo o Dia do Trabalhador.

7. Cumprimento dos acordos de GREVE - A GREVE é o último recurso dos trabalhadores para lutar pelos seus direitos. É inadmissível que o governo Lula/FMI descumpra os acordos de GREVE, pois são direitos conquistados na luta.

8. Defesa dos Serviços Públicos.

**PARE! LUTE!
FAÇA GREVE PELO
ATENDIMENTO DE
NOSSAS
REIVINDICAÇÕES!
FORA O FMI!**